



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 10ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Local: Sala de Reunião da SEPLAN – 5º andar PCR

Data: 05/10/2018

Horário: 09:30 às 12:00h (manhã)

Pauta:

- ✓ Aprovação da ata da 8ª Reunião do GT POT
- ✓ Processo de eleição de delegados do Plano Diretor

Participantes da reunião do GT POT:

- ✓ Dos conselheiros do poder público presentes: João Domingos, Glória Brandão, Inamara Melo, Fernando de Alcântara, Lorena Veloso, Sandra Nunes, Alexandre Ramos.
- ✓ Dos conselheiros de segmentos empresariais: Sandro Guedes (ADEMI), Elka Porciúncula (SINDUSCON).
- ✓ Dos conselheiros de entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Sandra Pires (OAB/PE), Cristiana Correia (CAU/PE).
- ✓ Dos Conselheiros do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Degenildo Trajano (PREZEIS), João José da Silva (MLPC), Giancarlo Costa dos Lírios (MLRT).
- ✓ Dos técnicos da PCR e Equipe Técnica do POT: Paula Bittencourt (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), João Victor (Poder Público), Adriana França (Poder Público), Jane Toscano (Poder Público), Ana Maria Magalhães (Poder Público), Eliane Cabral Lima (Poder Público), Socorro Cavalcanti (Poder Público), Ângela Carneiro da Cunha (Gabinete do Vereador Jayme Asfora), Luana Varejão (Gabinete do Vereador Ivan Moraes), Josenira Nascimento (Gabinete do Vereador Ivan Moraes).

Resumo da reunião:

- ✓ **Aprovação da ata**
João Domingos (Poder Público) perguntou se algum conselheiro teria contribuições a fazer à ata da 8ª reunião do GT POT, previamente enviada pela Secretaria do Conselho aos conselheiros.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 10ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Elka Porciúncula (SINDUSCON) pediu pra fazer algumas considerações a respeito das atas e registrou que, no seu entendimento, a ata deve ser enviada imediatamente após a reunião para possibilitar considerações mais assertivas, pois depois a tendência é esquecer o que foi discutido.

Cristiana Correia (CAU/PE) informou que, devido a semana conturbada, não conseguiu ler o material enviado e solicitou que fosse disponibilizado um tempo a mais para sua análise e considerações.

João Domingos (Poder Público) informou que a equipe fará um esforço maior para entregar as atas mais rapidamente e pontuou que, inicialmente, fora acordado que essa seria uma ata para registro dos principais pontos tratados e não de transcrição. Na ocasião, solicitou à secretaria que as considerações da Conselheira Elka Porciúncula já fossem incorporadas ao texto, dispensando a necessidade de uma errata.

Sandra Pires (OAB) pontuou que, durante as oficinas, ouviu de algumas pessoas, mais especificamente da Professora Amélia Reynaldo, a solicitação de uma análise crítica do Plano Diretor do 2008.

João Domingos (Poder Público) informou que todos os questionamentos estão sendo processados e que a equipe se esforçará para respondê-los.

Sandra Pires (OAB) ratificou a necessidade de qualquer discussão importante ser trazida ao GT-POT. Sinalizou que é de grande importância um momento destinado à cada etapa, pela necessidade de se dar mais legitimidade ao processo. Entende que se o processo de cada etapa for discutido previamente, os ruídos e as discordâncias serão minimizadas.

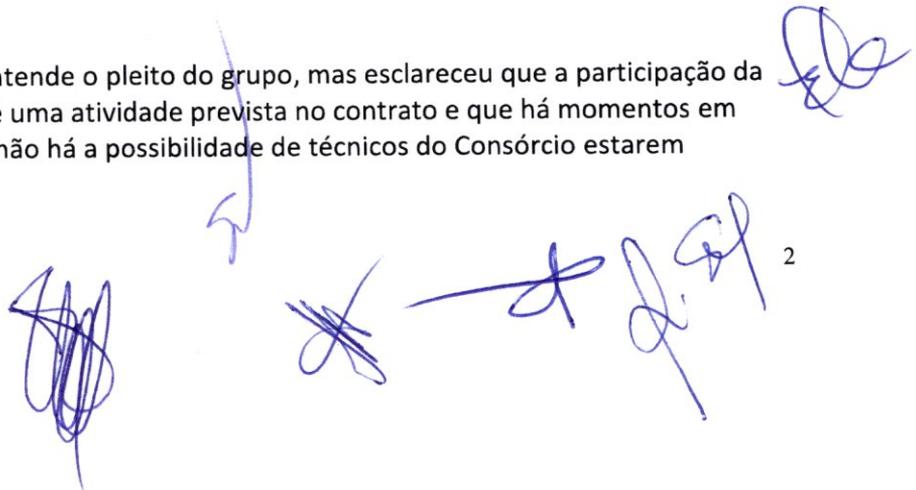
João Domingos (Poder Público) informou que a intenção é essa, mas que a condução e responsabilidade técnica são da Prefeitura.

Elka Porciúncula (SINDUSCON) registrou que a consultoria não tem vindo às reuniões do GT POT e que, no seu entendimento, é importante sua participação em todo o processo. Pontuou que sentiu falta da Consultoria não só neste fórum, mas também nas oficinas temáticas.

Na ocasião foi esclarecido que a Consultoria participou das Oficinas Temáticas.

Giancarlo dos Lírrios (MLRT) reforçou a necessidade da presença da Consultoria nas reuniões do GT-POT.

João Domingos (Poder Público) entende o pleito do grupo, mas esclareceu que a participação da Consultoria nessas reuniões não é uma atividade prevista no contrato e que há momentos em que, devido às agendas diversas, não há a possibilidade de técnicos do Consórcio estarem presentes em todas as reuniões.



2



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 10ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Giancarlo dos Lírios (MLRT) reforçou a necessidade de haver um maior diálogo com os conselheiros para avaliar a disponibilidade deles para agendamento das reuniões. Lamentou a falta de alguns conselheiros que não estavam presentes, mas solicitou que fossem apresentadas as alternativas para que a maioria escolhesse a proposta do processo de escolha/eleição de delegados.

João Domingos (Poder Público) pontuou que a data daquela reunião levou em consideração a data da próxima reunião do Conselho, que está agendada para o dia 11/outubro, como também a realização de evento organizado pelo Habitat e ainda o momento pós eleição.

Na ocasião, ele frisou que já havia solicitado a indicação de um representante por segmento, para que as articulações fossem feitas da melhor forma. Colocou-se à disposição para a criação de um grupo de whatsapp como facilitador da comunicação.

Elka Porciúncula (SINDUSCON) entende que o grupo de whatsapp deve ser criado com os Conselheiros Titulares.

✓ **Resumo da reunião do Grupo de Trabalho**

Degenildo Trajano (PREZEIS) informou que se reuniu com o seu grupo e que, inicialmente, foi consenso seguir com a proposta do conselheiro Ronaldo Coelho (HABITAT) para a realização de eleições para escolha dos delegados de todos os segmentos nas RPAs. Em não havendo essa possibilidade, ficou alinhado que os movimentos não abrirão mão de nenhuma vaga e optarão pelas indicações dos seus delegados durante as oficinas por segmento.

João José (MLPC/PE) informou que a conversa com os integrantes dos movimentos populares foi em cima da proposta de indicações de delegados dentro das oficinas dos segmentos. Informou que na reunião estavam presentes pessoas de diversos grupos e diversas microrregiões.

Inamara Melo (Poder Público) questionou quais os agrupamentos presentes à reunião organizada pelo segmento dos movimentos populares, a fim de entender quais as representações estiveram presentes.

João José (MLPC/PE) leu a ata de presença da reunião e mencionou várias organizações, informando que, no total, estiveram presentes 35 entidades.

Inamara Melo (Poder Público) pontuou que, desde a primeira reunião, foram discutidas propostas que pudessem ser trazidas para análise do GT POT. Inicialmente, foi apresentada uma proposta, por Ronaldo Coelho (HABITAT), que contemplava a possibilidade de eleição de 100 pessoas físicas, desde que fossem disponibilizadas as vagas por parte de diversos segmentos, inclusive do Poder Público. Desde aquele momento foi vista pelos conselheiros do GT POT a impossibilidade daquela proposta, por implicar a alteração das proporcionalidades dos segmentos, gerando discordância por parte dos demais conselheiros dos diversos segmentos. Portanto, essa proposta tornou-se inócua, uma vez que os segmentos não concordaram com a alteração da proporcionalidade das vagas de que dispõem por força da lei que criou o CONCIDADE.

3



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 10ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Inamara Melo (Poder Público) esclareceu que esse processo precisa apresentar os critérios claros de escolha/votação de suas representações e ser pactuado com o grupo. Ela entende como contrassenso a recusa dos movimentos sociais em realizar eleições para escolha de seus delegados, condicionando isto aos demais segmentos abrirem mão de sua proporcionalidade. Pontuou que é preciso permitir que as pessoas participem desse processo e entende como um equívoco a proposta apresentada pelos movimentos. Esclareceu que é preciso construir acordos, pactos, e algo que guarde coerência.

Arguiu que, devido à apresentação de uma proposta pelos movimentos sociais que, a seu ver, é contrassenso, solicitou então a revisão da proposta outrora discutida no GT de ampliação do número de delegados de 400 pra 450, diminuindo, assim, a disponibilização de vagas para Observadores(as) de 100 para 50, uma vez que isto foi pensado para disponibilização de vagas no intuito de ampliar o número de delegados a serem eleitos nas RPAs.

Degenildo Trajano (PREZEIS) informou que discorda das palavras de Inamara e esclareceu que foram convocados todos os integrantes dos movimentos para a definição quanto ao posicionamento do segmento das entidades e movimentos sociais e populares. Solicitou que a gestão faça um relatório onde sejam apontados quem participou de cada oficina. Pontuou que a alteração de 450 ou 400 não irá alterar nada para os movimentos e que se os demais segmentos vão escolher seus delegados, os movimentos sociais também irão adotar o mesmo procedimento, indagando por que ela considerava que somente aquele segmento deveria promover eleições para escolha de seus delegados, enquanto os demais não o farão. Pontuou que várias discussões foram feitas, mas pede que, caso entendam diferentemente proposta deverá ser decidida na plenária do CONCIDADE, que é quem poderá decidir em definitivo.

Sandra Pires (OAB) concordou com a observação de Inamara de ser inviável a proposta anteriormente apresentada pelo Conselheiro Ronaldo Coelho (HABITAT), uma vez que a maioria dos presentes já a houvera descartado, haja vista não respeitar as particularidades de cada segmento.

Informou que entende como legítima a opção feita pelos movimentos, que contempla a proposta de indicação dos seus delegados durante as oficinas por segmento. Registrou que é preciso uma ampla divulgação dessas oficinas para todos os segmentos, a fim de que todos possam participar ativamente do processo.

Inamara Melo (Poder Público) questionou se a proposta de Sandra Pires é de que as eleições sejam decididas nas oficinas ou se será elaborado um edital prévio contemplando as regras.

Sandra Pires (OAB/PE) respondeu que não pensou nisso e questionou como foi feito em 2008.

Giancarlo Costa dos Lários (MLRT) pontuou que os movimentos se encarregaram pelo diálogo com as comunidades recifenses em 2008. Solicitou que as propostas apresentadas sejam levadas ao Conselho para votação.

4



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 10ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Glória Brandão (Poder Público) reiterou que a criação do GT- POT se deu a partir do Conselho da Cidade, por meio de Resolução, sendo conferido ao GT poderes para, em nome do Conselho, desempenhar várias atribuições, sobretudo referentes ao processo de participação social. Enfatizou a importância de se fazer uma grande articulação e mobilização da sociedade organizada, por intermédio de suas entidades e movimentos, tendo em vista a dificuldade, no momento atual brasileiro, de serem mobilizados os cidadãos. Esclareceu que é preciso discutir a possibilidade de ampliar cada segmento, com mais universidades, mais ONGs, mais sindicatos, mais entidades e movimentos sociais e populares, assim como de setores empresariais, com o intuito de terem delegados que de fato representem vários segmentos e setores da sociedade, ao invés de se restringir apenas àqueles que integram o CONCIDADE.

Cristiana Correia (CAU/PE) informou que, quando votou na proposta que cedia algumas vagas para votação por RPAs, pensou na possibilidade de ampliar o processo. Diante do que foi posto pelos movimentos, entende que essas vagas precisam ser revistas, apesar de considerar importante a votação nas RPAs.

João Domingos (Poder Público) apresentou os cenários discutidos nas reuniões anteriores. Quanto à proposta inicial de Ronaldo do Habitat, que altera a proporcionalidade, alinhou com os conselheiros que ela sequer deveria ser considerada, seja por não haver concordância dos demais conselheiros, porém, sobretudo, por não respeitar a proporcionalidade determinada na lei que criou o CONCIDADE (Lei nº 18.013/2014).

Apresentou outra proposta construída durante a 9ª reunião, onde 50% dos candidatos seriam escolhidos através do voto. Entretanto, entendeu que ficou pactuado que não haverá eleição nas RPAs e todo o processo de escolha dos delegados será nas Oficinas por Segmento.

Ele solicitou que fossem construídos cenários objetivos para serem levados ao Conselho, a partir de, se viável, de um consenso no âmbito do GT.

Ressaltou a questão referente à construção de um processo amplo e democrático e pontuou que, no tocante às indicações dos delegados pelo Poder Público, elas são indicações feitas por uma gestão eleita pelo povo e por essa razão se teria uma condição de indicação.

Em relação aos movimentos, pontuou a necessidade de se ter um procedimento claro, que as pessoas consigam viabilizar a questão da participação e não cada um definindo o que quiser.

Na ocasião, foram apresentados alguns critérios do que seria o processo de eleição de delegados e delegadas nas oficinas por segmento (ver anexo).

Giancarlo Costa dos Lários (MLRT) ponderou que é importante haver a possibilidade para habilitação de forma presencial, na secretaria do Conselho.

Cristiana (CAU/PE) questionou como as vagas serão distribuídas e preenchidas.

João Domingos (Poder Público) informou que as vagas são distribuídas, ficando as vagas excedentes para votação do segmento.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 10ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Sandro Guedes (ADEMI) lembrou que o processo de revisão do Plano Diretor iniciou desde 2008. Reforçou que o marco foi a Conferência das Cidades e que as entidades envolvidas na revisão desse Plano Diretor foram escolhidas na última conferência, quando se sabia que esse conselho seria responsável por revisá-lo, no prazo legal. Pontuou que todos os encontros foram abertos e houve convocação. Ressaltou que existe risco, ao abrir demais esse processo, de alguém distorcer o processo que as entidades vêm construindo ao longo do tempo.

No seu entendimento, todas as entidades já deveriam ter um percentual de delegados e o restante abrir para votação. Entende também que as entidades que já vêm participando do processo devem ter protagonismo devido à sua efetiva participação.

João José (MLPC/PE) discordou de Sandro Guedes, por entender que esse processo é diferente de 1998 e de 2008. Na última conferência os delegados foram eleitos no seu segmento. Na Conferência foi votada uma proporcionalidade e no Conselho se alterou essa composição. Na concepção dele, o pleno do CONCIDADE não é maior que a conferência da cidade. Entende que a convocação para as oficinas de segmentos deve ser feita de forma efetiva, com carro de som em pontos críticos, banners, faixas, etc.

Ressaltou que não foram feitos debates efetivos com as comunidades, durante o desenvolvimento dos planos que a Gestão já tem. Considera que não se têm, de fato, processos abertos e democráticos. Mas entende que as oficinas por segmentos são espaços legítimos para contribuições.

João Domingos (Poder Público) questionou se os movimentos concordam com os critérios apresentados.

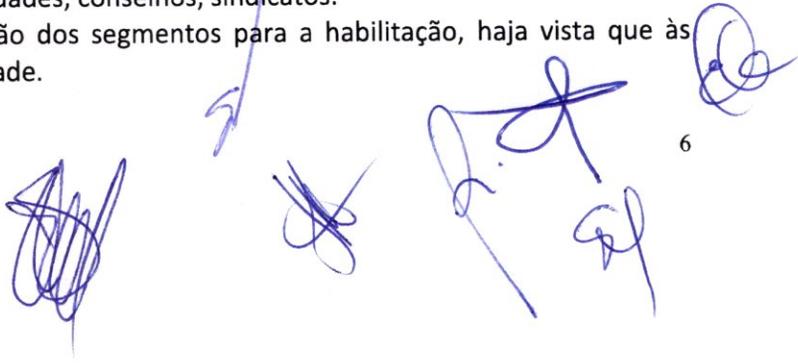
João José (MLPC/PE) informou que concorda com a distribuição das vagas por segmentos (com ampla divulgação) e com o processo prévio de habilitação das entidades para eleição de delegadas(os).

Elka Porciúncula (SINDUSCON) informou que concorda com a opção de cada segmento fazer a sua escolha.

Inamara Melo (Poder Público) pontuou que democracia é construir conjuntamente, mas entende que o Poder Público tem legitimidade para indicar seus delegados porque ele já passou por um processo eleitoral anteriormente.

Salientou a importância de serem reconhecidos os esforços da gestão de ampliar a participação cidadã. Lembrou que a própria Secretaria da Mulher fez debates anteriores a esse processo, relacionados ao plano diretor. Esclareceu que, quando esses esforços são reconhecidos, se entende a necessidade de se construir consenso. Ressaltou a importância de valorizar as entidades que já vêm participando do processo de revisão e de se fazer uma outra conta para ampliar a participação com mais universidades, conselhos, sindicatos.

Questionou como se dará a comprovação dos segmentos para a habilitação, haja vista que às vezes não se conhece determinada entidade.



6



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 10ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

João Domingos (Poder Público), com base nas discussões realizadas, sistematizou o que ele considerou serem duas propostas em debate:

Proposta 01: que prevê um processo eleitoral nas RPAs;

Proposta 02: não realização de eleição de delegados nas RPAs, sendo tudo resolvido durante as Oficinas por Segmento.

Sandra Nunes (Poder Público) questionou o critério que aponta a necessidade de já haver participado de algum evento. Informou que talvez deva ser feito um esforço na área das universidades e faculdades, já que, em ocasiões anteriores, existiu dificuldade em mobilizar as Universidades e ONGS, por exemplo.

Alexandre Ramos (Poder Público) pontuou que a regra deve ser informada logo no início, para que não haja problema. Entende que essa é uma proposta que não cabe mais, pois muita gente já percebeu como era o processo lá atrás e não existia esta condição de eleição. Pontuou que tem dúvidas sobre a possibilidade de delegados avulsos. Entende que se houver delegados por RPAs, esses delegados devem representar entidades.

Cristiana Correia (CAU/PE) reiterou que havia concordado anteriormente em abrir mão de algumas vagas de seu segmento para haver votação nas RPAs. Entende que se a proposta não é mais de eleição nas RPAs e sim de escolha nas oficinas de segmento, o número de delegados deve voltar para 400, conforme previsão inicial. Informou que o CAU/PE vota na proposta 02.

João Domingos (Poder Público) informou que na proposta 02 todo mundo irá para a oficina por segmento. Ele questionou se haveria alguma proposta alternativa para levar 02 propostas ao conselho. Informou que a plenária será mantida no dia 11 para referendar a proposta que venha a ser pactuada no GT, tratando-se, assim, de uma proposta única, acordada entre todos. Questionou, em seguida, se poderiam pactuar que a pré-inscrição das instituições acadêmicas fosse feita pelos centros, coordenações ou núcleos de estudos, o que contou com a aprovação dos presentes.

Degenildo Trajano (PREZEIS) pontuou a não participação de pessoas, inclusive de integrantes do Conselho. Questionou se aqueles que não estão participando das reuniões terão direito às vagas de delegados, pois, no seu entendimento, quem não estiver presente na oficina de seu segmento não deveria ser delegado.

João Domingos (Poder Público) questionou se todos os conselheiros presentes concordavam com a proposta apresentada a ser levada ao Conselho de escolha das entidades e movimentos sociais que poderão indicar delegados nas oficinas de seus segmentos. Na ocasião, todos os presentes concordaram.

Fernando Alcântara (Poder Público) informou que Degenildo Trajano (PREZEIS) pode pedir uma pauta complementar.



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 10ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Sandra Pires (OAB/PE) questionou qual a ideia para a condução das oficinas por segmento.

João Domingos informou que nas Oficinas por Segmento serão apresentadas e discutidas as propostas preliminares, além de ser o espaço para a escolha das entidades e movimentos que representarão aquele segmento na Conferência. Aproveitou para informar que, no dia 13 de outubro, será publicado o Caderno Preliminar de Propostas, como um documento de partida para a construção das propostas, através da plataforma digital e, após essa publicação, haverá as audiências públicas devolutivas em cada RPA e, na sequência, as Oficinas por Segmentos.

Sandra Pires (OAB/PE) questionou se o caderno definitivo e o projeto de lei passarão pelo Conselho da Cidade.

João Domingos (Poder Público) informou que o Caderno definitivo irá para a Conferência.

Sandra Pires (OAB/PE) questionou se, após a Conferência, o projeto de lei volta para o Conselho.

João Domingos (Poder Público) informou que volta, mas que não discutirá mérito, pois a Conferência é soberana nesse processo, mas o foco será se de fato foram inseridas as propostas votadas na Conferência e o motivo de não inclusão de algumas, se for o caso.

Elka Porciúncula (SINDUSCON) questionou se poderia ver o material antes da publicação, pois acredita que muitas das suas propostas foram retiradas.

João Domingos (Poder Público) informou que o GT é responsável pelo processo de participação coletiva e que o documento é de responsabilidade do poder público, mas que o material a ser publicado consiste em um Caderno Preliminar de Propostas. Haverá um prazo para as contribuições da população. Colocou-se à disposição para agendar uma apresentação desse Caderno ao GT.

João José (MLPC/PE) pede acesso à compilação de propostas e do produto que foi levantado nas escutas regionais para um mínimo de conhecimento.

Sandra (OAB) acha que deve haver uma apresentação, para nivelar o conhecimento das propostas coletadas. Depois da Conferência, quando já se tiver um produto de projeto de lei, remeter ao Conselho. Ela pontuou que não se deve colocar um evento em cima do outro, para facilitar a agenda dos que desejam se envolver.

João Domingos (Poder Público) informou que as audiências devolutivas por RPA terão o mesmo conteúdo, então, as pessoas interessadas provavelmente participarão de apenas um dos eventos, de acordo com sua comodidade. Na ocasião, apresentou-se o cronograma das referidas audiências devolutivas por RPA(29, 30 e 31/outubro). Esclareceu que, para esses eventos, será disponibilizado transporte a fim de haver uma mobilização mais efetiva da população.

8

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 10ª Reunião do GRUPO DE TRABALHO DO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Alexandre Ramos (Poder Público) questionou a proximidade da data com o segundo turno das eleições e João Domingos informou que iria avaliar esta questão.

Conselheiros presentes que integram o GT para a Construção do Regimento da Conferência:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
João Domingos (Poder Público) - Titular	
Glória Brandão (Poder Público) - Suplente	<i>Glória Brandão de S. B.</i>
Inamara Melo (Poder Público) - Titular	<i>Inamara Melo</i>
Fernando de Alcântara (Poder Público) - Titular	
Lorena Veloso (Poder Público - Suplente)	
Sandra Nunes (Poder Público) - Suplente	<i>Sandra Nunes</i>
Alexandre Ramos (Poder Público) - Suplente	
Sandro Guedes (ADEMI/PE) - Titular	<i>Sandro Guedes</i>
Elka Porciúncula (SINDUSCON) - Titular	<i>Elka Porciúncula</i>
Sandra Pires (OAB/PE) - Titular	
Cristiana Correia (CAU/PE) - Titular	<i>Cristiana Correia</i>
Degenildo Trajano (PREZEIS) - Titular	<i>Degenildo Trajano</i>
João José (MLPC/PE) - Suplente	
Giancarlo Costa dos Lírios (MLRT) - Titular	